



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13311 - Painel Temático - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

Painel Temático

**TRABALHO-EDUCAÇÃO, ECONOMIA E CULTURA EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Lia Tiriba - UFF - Universidade Federal Fluminense

Arminda Rachel Botelho Mourão - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Ana Elizabeth Santos Alves - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Doriedson do Socorro Rodrigues - UFPA - Universidade Federal do Pará

#### **41ª Reunião Nacional da Anped**

Manaus, de 22 a 27 de outubro de 2023.

### **TRABALHO-EDUCAÇÃO, ECONOMIA E CULTURA EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Arminda Raquel Botelho Mourão (UFAM) - Expositora

Ana Elizabeth Santos Alves (UESB) – Expositora

Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA) – Expositor

Lia Tiriba (UFF) – Coordenadora

#### **Resumo-síntese da proposta do painel temático:**

Entre outras premissas, partimos da centralidade do trabalho na formação humana, do princípio educativo do trabalho e da unidade dialética entre economia e cultura. O objetivo do Painel é refletir sobre estudos e pesquisas que consideram experiências de trabalho associado e experiências educativas vividas por crianças, jovens e adultos em espaços/tempos de produção de sociabilidades que vão se tecendo na perspectiva da reprodução ampliada da vida, e não da reprodução ampliada do capital. Referimo-nos a comunidades indígenas,

quilombolas, caiçaras, ribeirinhas, pantaneiras, caiçaras e a outros povos das águas, florestas e campos que, em estreita relação com a natureza, resistem e insistem em reafirmar suas maneiras de fazer, sentir e pensar o mundo. São espaços/tempos de longa duração que perduram em diversos momentos históricos; mais que relíquias de passado, seus modos de vida são manifestações de modos não capitalistas de produção da existência humana que permanecem vivos na história da humanidade, ainda que de forma subordinada ao capitalismo. Algumas interrogações nos desafiam: Nesses espaços/tempos, como as dimensões histórico-ontológicas do trabalho humano se expressam? Como economia e cultura se articulam nos processos de produção da vida em comunidade? Em que medida é possível afirmar que as formas de trabalho e as relações de convivência no território carregam consigo elementos materiais e simbólicos de sociedade dos produtores livremente associados? No atual momento histórico, quais têm sido as formas de resistência aos crimes ambientais e a outros processos que promovem a desestruturação dos modos de vida tradicionais? Em relação ao patrimônio de conhecimentos que é fruto da criatividade de homens e mulheres trabalhadoras, o que está em jogo nas disputas entre povos e comunidades e grandes empresas? Por que o conhecimento tradicional e/ou ancestral passa a ser, paradoxalmente, desejado para a continuidade do *progresso* capitalista? O que a escola ensina? Sobre integração de saberes é importante perguntar quais as relações entre saber e poder presentes nos processos de produção e validação dos conhecimentos das comunidades e povos tradicionais, promovidos pela escola, instituições governamentais e não governamentais. Como participam os sujeitos pesquisados nos processos e resultados da investigação? Para adensar o debate, foram convidados pesquisadores/as que fazem interlocução com o MINKA – Coletivo de Pesquisa, cujo nome é um conceito andino, milenar, de origem quéchua e que se refere a práticas econômicas e culturais que têm por base o trabalho coletivo e o valor-comunidade.

### **Palavras-chave**

Trabalho-educação; Cultura; Povos e comunidades tradicionais

## **Trabalho e educação no campo amazonense: resistências e resiliências ao preservar a cultura**

Armanda Rachel Botelho Mourão (UFAM) <sup>[i]</sup>

**Palavras-chave:** Trabalho e educação; Cultura; Amazônia

### **Introdução**

Todas as nossas pesquisas apresentaram o trabalho como categoria central, ou seja, a ação de homens e mulheres no mundo modificam este mundo e, conseqüentemente, as relações sociais se transformam e as pessoas transformam a si mesmas, construindo suas identidades individuais e coletivas e a cultura que produzem nesta complexa teia de relações (MARX, 2021).

Os estudos tiveram como suporte da análise as categorias advindas do materialismo histórico e dialético, quais sejam: a totalidade, contradição, mediação e práxis (NETTO, 2009). A região é uma categoria que reflete os processos de busca da hegemonia necessária para que o capital adentre em todos os territórios, por isso aprofundamos os estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo e como este penetra aos espaços mais longínquos como o interior do estado do Amazonas (OLIVEIRA, 1987).

Assim, por meio das categorias elencadas visamos discutir o desenvolvimento capitalista na região enfatizando a relação dialética entre trabalho e educação no território amazônico,

### **A produção do espaço amazônico**

O capitalismo para se manter se globaliza, ou seja, se expande ao mesmo tempo que se concentra; o processo de acumulação implica que o capital adentre em novas esferas na sociedade como é o caso da educação e da saúde que estão sendo privatizadas. O capital precisa criar novos desejos e sonhos de consumo <sup>[ii]</sup> e gerar também processos de ocupação de novos espaços (HAVEY, 2005). Assim, no processo de globalização, os espaços se relacionam entre si, levando em consideração que a organização capitalista engendra processos que são desiguais e combinados e, nesses processos os sistemas lógicos são modificados e as crenças são constantemente recriadas (SANTOS, 2013).

No século XXI a entrada do capital na Amazônia tem depredado ainda mais o ambiente, trazendo o que já se via na região que é “a produção e reprodução da desigualdade e exclusão social das camadas desfavorecidas (LOUREIRO, 2009, p. 43), mas agora com grande devastação ambiental. Essas questões têm gerado conflito e o povo amazonense tem resistido e trazido para o cotidiano resiliência necessária para construir processos de aprendizagem e preservação de sua cultura

### **Resistência e Resiliência**

As resistências ocorrem diuturnamente, os conflitos são em todos os níveis. Segundo Loureiro (2009), existem choques com colonos e trabalhadores da terra com os grandes proprietários, inclusive a autora aponta as fraudes cartoriais que levam a expulsão dos colonos das terras e conseqüentemente provocam colisões. Os indígenas constantemente são expulsos ou mortos nos embates.

Em Apuí por exemplo, o povo Tenharim sofre com aberturas de estradas e perda de suas terras. Além disto, o garimpo tem poluído os rios e afetado a saúde da população indígena e ribeirinha, como aconteceu com os Yanomamis. Silva e Oliveira Neto (2022) escrevem que a mineração cria e recria as territorialidades do capital que geram conflitos e vão colocando em risco a autonomia do Estado e as comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas), pois degradam o ambiente e expulsa os comunitários de seu local de origem.

Em 2001, o Congresso Nacional criou a Comissão Parlamentar de Inquérito que objetivava investigar a questão da ocupação das terras públicas no Estado do Amazonas. A CPI constatou que a grilagem adentrou no Estado e isto trouxe desmatamento e conflitos para a região. A CPI verificou que as fraudes envolveram “latifundiários, tabeliões e juízes” (CARVALHO, 2010, p. 21). Como um dos resultados da CPI foi que ocorreu intervenção nos cartórios e anulação dos registros. Apesar de ações que a CPI engendrou e das decisões judiciais os grandes latifundiários conseguiram manter as terras que usurparam na região.

Já fizemos alusão aos conflitos vividos na Amazônia e mais especificamente no Amazonas, mas existem outras formas de esvaziar o interior do Estado, como é explicado por Uchoa (2022) quando afirma que a nucleação das escolas do campo retira as crianças e os jovens da comunidade, pois concentram discentes de diferentes escolas e comunidades em uma única escola núcleo e, por este motivo aos poucos vão perdendo o contato com os saberes construídos em trabalho comuns. Apesar dos conflitos constantes o povo amazônico resiste trabalhando, construindo e mantendo sua cultura.

## **Trabalho e cultura no campo amazônico**

As águas, as terras, as florestas são consideradas territórios de trabalho, pois no campo amazônico as relações de trabalho se constituem relações dos homens e mulheres com a natureza. É essa aproximação que regula o calendário, visto que a vida do/da trabalhador/a está imbricada à subida e descida dos rios. Isto não significa que estes territórios estão apartados da sociedade capitalista envolvente, muito pelo contrário, o capitalismo rege estas relações e desta maneira são espaços considerados atrasados se comparados aos espaços das cidades (WITKOSKI, 2010; FRAXE, 2009).

Quando há alagação, os amazônicos procuram desenvolver o seu trabalho em terra firme, sem, no entanto, abandonar a várzea. Segundo Andrade (2015, p. 112) na vida cotidiana essas pessoas sabem e sentem o movimento das águas. A autora assevera que os/as ribeirinhos/as são especialistas nestes territórios, dominam estes conhecimentos que são repassados para as novas gerações, é a construção da cultura no cotidiano, desta forma os saberes são preservados. Isto não significa que são relações estáticas, pois na medida em que vivem, vão construindo e ressignificando os processos de aprendizagem.

O trabalho no campo amazônico tem sido construído com base na organização coletiva da agricultura familiar camponesa, que está imbricada na dialética que a natureza apresenta o calendário hidráulico que caracteriza o mundo amazônico (MOURÃO, UCHÔA E VASCONCELOS, 2020).

Todos da família estão envolvidos na produção para a subsistência e/ou para comercialização. O processo de produção é também momento de aprendizagem, já que as crianças e os adolescentes do sexo masculino são os responsáveis pelo plantio e colheita utilizando as técnicas tradicionais e, muitas vezes, novas técnicas. Neste processo há a socialização dos meninos pelo trabalho. As meninas aprendem com as mães a cuidar da casa, ajudam na agricultura quando necessário e cuidam dos irmãos e irmãs mais novos (WITKOSKI, 2010).

Nas pesquisas desenvolvidas em Nogueira verificamos que a agricultura familiar produz mandioca, melancia, milho e hortaliças em geral para o consumo podendo também ser comercializado embora seja uma atividade extremamente difícil devido as dificuldades de transporte (MOURÃO, A.; UCHÔA, I.; BORGES, H., 2020). Já no Careiro da Várzea o cultivo é da mandioca que serve para a produção da farinha, plantam também o maracujá, a banana, goiabeira, milho, abóbora, batata, maxixe, quiabo. Há a criação de gado que é utilizado para a alimentação da família (MOURÃO, A.; UCHÔA, I.; VASCONCELOS, L., 2020).

Witkoski (2010) diz que nas comunidades que não têm o trabalho assalariado existem formas de trabalho coletivos de ajuda mútua que são denominados de mutirão, ajuri ou puxirum. Segundo o referido autor nestes locais há pouca circulação de dinheiro e são consideradas relações tradicionais. Os comunitários que se unem para executar os trabalhos coletivos conhecem bem dos processos na agricultura da região e do extrativismo tanto vegetal (extração da madeira) como animal (caça e pesca). O autor ressalta que são “trabalhos ligados à cultura regional como a farinhada, a manutenção das comunidades, a conservação do folclore e festas comunitárias religiosas ou esportivas” (WITKOSKI, 2010, p.173).

### **As festas nas cidades do interior amazônico**

O homem e a mulher amazônicos apesar dos conflitos, das dificuldades, são alegres e conseguem aprender e ensinar sobre o que foi construído historicamente por seus ancestrais. Em cada município há manifestações culturais importantes que estão ligadas a religiosidade:

em Boa Vista do Ramos, a padroeira é Nossa Senhora Aparecida, visto que a religião predominante é a católica; em Parintins é Nossa Senhora do Carmo. Embora cada município tenha sua padroeira, as religiões protestantes proliferam e às vezes condenam as festas religiosas e outras incorporam-se aos festejos.

Em junho, o município de Boa Vista do Ramos, nas festas juninas, traz os bois Mina de Ouro e Tira Teima. Wilson Nogueira, no Prefácio do e-book *Bois da Floresta: Fé e festa, dos terreiros aos grandes festivais*, diz que na Amazônia a festa que se destaca é o Boi-Bumbá. Nogueira (2021) assevera que em vinte e três municípios amazonenses existem catalogados 121 agremiações de bois-bumbá, mas a mídia só divulga os bois de Parintins, Caprichoso e Garantido, que se tornaram bois espetáculo, comprovando a entrada do capital na área da cultura (SILVA, 2015).

Segundo Tapajós e Freire (2021) as toadas são um misto do folclore maranhense com a questão afro-religiosa. Há uma ligação muito grande com a tema da fé, são ritos em homenagem a São João. Os autores argumentam que há uma ligação entre a fé do branco, do indígena e do negro, embora nas últimas décadas o indígena é colocado em evidência, o negro é esquecido, para os referidos autores isto mostra o racismo estrutural, “não há preconceito”, mas a origem africana é invisibilizada.

### **Considerações finais**

Nossos estudos têm comprovado que no Estado do Amazonas há concretamente conflitos que são enfrentados ora com a força, ora com a paciências tão peculiar aos homens e mulheres da região. O capital quando adentra neste espaço destrói a natureza e as relações que aqui se estabelecem.

Apesar disto é um povo alegre, religioso e acredita nas histórias contadas por seus ancestrais. A todo momento cria e recria o que aprendeu com a vida. A resiliência é uma característica do caboco amazonense que canta suas crenças no folclore que criou para expressá-la.

### **Referências**

ANDRADE, R.F.C. de. **Composição da vida no Beiradão do Rio Amazonas**. Manaus: EDUCA, 2015.

CARVALHO, J.B. de. **Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonase**. Manaus: Valer, 2010.

FRAXE, T.de J; WITKOSKI, A. Carlos; SILVA, C. P. **A pesca na Amazônia central: ecologia, conhecimento tradicional e formas de manejo**. Manaus: EDUA, 2009.

HAVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia no Século XXI**. Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução de Jesus Ranierei. São Paulo: Boitempo, 2021.

MOURÃO, A; UCHÔA, I; VASCONCELOS, L. Educação do campo e práticas pedagógicas: relações de trabalho em comunidades amazônicas. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara*, v. 15, n. 2, p. 436-450, abr./jun. 2020.

MOURÃO, A; UCHÔA, I; BORGES. A materialidade do trabalho em territórios das águas, terras e florestas da Amazônia. Trabalho Necessário, UFF, v. 18, n. 37, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. Serviço Social: São Paulo, 2009

NOGUEIRA, W. Prefácio. In: TAPAJÓS, L. FREIRE, W. Bois da Floresta: fé e festa, dos terreiros aos grandes festivais. Manaus: Programa Cultura Criativa, 2021

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5ª Edição. São Paulo: USP, 2013.

SILVA, E. G. da. **O modo de produção capitalista e o brincar de boi-bumbá Caprichoso e Garantido**. Tese de Doutorado. PPGE/UFAM, 2015.  
<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4699>.

SILVA E OLIVEIRA NETO. (Des) Caminhos dos Conflitos socio-territoriais na Amazônia Oriental. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 17, n. 47, p. 58-79, out., 2022.

TAPAJÓS, L. FREIRE, W. **Bois da Floresta: fé e festa, dos terreiros aos grandes festivais**. Manaus: Programa Cultura Criativa, 2021.

UCHÔA, I.C. **O fechamento das escolas no campo do Amazonas**: Subtração do direito à política de educação em Alvarães Uarini. Tese de Doutorado: Manaus, PPGE/FACED/UFAM. 2022.

UCHÔA, I. C. **Trabalho e Educação do campo no contexto Amazônico**: um estudo em uma comunidade camponesa do médio Rio Solimões. Orientadora: Arminda Rachel Botelho Mourão. 2018. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6378>. Acesso em 28 fev. 2020.

WITKOSKI, A.C. **Terras, Florestas e Águas de Trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Annablume, 2010. 2ª.Edição.

---

<sup>[i]</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP.) Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas – PPGE/FACED/UFAM

<sup>[iii]</sup> Daí a grande importância do marketing.

## Contradições entre trabalho, capital e escola <sup>[ii]</sup>

Ana Elizabeth Santos Alves (UESB) <sup>[ii]</sup>

### Palavras-chave

Trabalho-Educação; Escola; Memórias; Comunidades

### Resumo

Nosso objetivo é ressaltar as memórias de povos de comunidades tradicionais e outros povos do campo acerca dos seus modos de vida e significados da escola, tendo em conta o (des)enraizamento e assimilação das transformações econômicas e culturais provenientes do capitalismo. Base empírica: resultados de pesquisa realizada em povoados e em comunidades remanescentes de quilombos na Mesorregião do Centro-Sul Baiano, desenvolvida pelo grupo de estudos História, Trabalho e Educação do Museu Pedagógico / UESB <sup>[iii]</sup>.

Compreendemos a memória como a capacidade dos seres humanos de reconstruir os acontecimentos, os fatos, os sentimentos vividos ou observados. A memória “é uma arte da linguagem: ensina a conservar as narrativas e permite, pois, a um indivíduo (ou ao grupo) tornar-se depositário daqueles a quem nunca conheceu porque morreram muito antes do seu nascimento, e por sua vez transmitir essas recordações a seus descendentes.” (POMIAN, 2000, p.3). No caso das gentes (ou dos povos) das comunidades observadas, a oralidade (a tradição oral) constitui a principal forma de transmissão da memória individual e coletiva baseada em experiências vividas ou herdadas dos antepassados. A memória desses povos é considerada como um “recurso” (MONTESPERELLI, 2004), que atribui significados às lembranças de um tempo passado ressignificado no presente por meio de observações, entrevistas e rodas de conversa com mulheres e homens nas comunidades.

O campo trabalho-educação fundamenta as bases teóricas das nossas pesquisas com recorte voltado para estudos sobre modos de vida (TIRIBA, 2021), saberes do trabalho (FISCHER; FRANZOI, 2018), saberes escolares e não escolares (ALVES e TIRIBA, 2022).

Pelo trabalho, a humanidade transforma a natureza e se transforma; cria as condições para viver e compreender o mundo. A educação é parte integrante desse processo de produção da existência humana. No ato de trabalhar, mulheres e homens criam objetos imprescindíveis para atender as necessidades de sobrevivência, se educam e se constituem como humanidade. Esse movimento expressa a condição mediadora do desenvolvimento histórico do humano em cada formação social e como o ato de trabalhar e educar ocorre nesse processo. O capitalismo tenta separar a relação entre o trabalho e a criação, que distingue os seres humanos dos outros animais, os produtos dos produtores, e o transforma em fadiga “incriativa” (KOSIK, 1976, p. 110). A educação escolar no contexto da sociedade produtora de mercadorias, forma para o trabalho assalariado, para o empreendedorismo e para o consumo. Para os povos de comunidades tradicionais e outros povos do campo, o capitalismo entrecruza a temporalidade da vida familiar, marcada pelas estações do ano, pelo trabalho na roça, pelo trabalho doméstico, com a temporalidade do trabalho-mercadoria, medido pela racionalidade econômica capitalista.

O capitalismo se organiza no campo por meio do trabalho-mercadoria nas fazendas de gado, na monocultura mecanizada das plantações de café, de soja, de eucalipto. Também engendra

relações de trabalho articuladas com a produção camponesa, tendo claro “que o camponês não é um sujeito social fora do capitalismo, mas um sujeito social dentro dele” (OLIVEIRA, 2016, p. 330). Ao lado da diversidade do trabalho no campo, coexistem povos e comunidades tradicionais, que, apesar de estarem incluídos no circuito de reprodução ampliada do capital e numa condição adversa, adotam estratégias de reprodução ampliada da vida para assegurar os modos de vida, lutando pela terra e pelo o território.

Os povos que vivem da agricultura (quilombolas e outros povos do campo) constituem o grupo social de que tratamos nesta análise. Esse grupo é formado pelos sujeitos da agricultura camponesa, os quais têm uma relação com a natureza, a terra, um sentimento de pertencimento ao lugar. A economia se baseia no trabalho familiar, na pequena agricultura, na criação de pequenos animais, no artesanato. Os modos de vida podem ser observados nas relações próximas com os vizinhos, nas festas religiosas e nos saberes adquiridos pela experiência no tratamento das doenças e no cuidado com a roça e os animais.

O sentimento de pertencimento e afetividade ao lugar permanece mesmo que os sujeitos não estejam presos à terra, como é o caso de trabalhadores que migram a fim de manter a família e a propriedade, uma vez que continuam com o compartilhamento com o grupo social e mantêm os interesses comuns. Nesse âmbito, a racionalidade econômica está imbricada com a cultura, os costumes, as tradições na vida familiar e no trabalho. As comunidades são habitadas por uma extensa parentela; filhos(as) constroem “puxadinhos” ao lado da casa dos pais, ocorrem casamentos entre parentes e amigos. Há uma tradição na ajuda mútua, no trabalho coletivo, na ajuda financeira dos que trabalham fora da roça, quando em acontecimentos importantes, em festividades de casamento e construção de casas.

Na articulação com as estruturas mais amplas da sociedade, por meio das formas de sociabilidade impostas pelo capital, é imperativo considerar os processos de inserção produtiva desses sujeitos em atividades fora da roça (construção civil, emprego doméstico, comércio, trabalho assalariado temporário em fazendas de outras regiões <sup>[iv]</sup>). Na verdade, esses povos vivem sob um processo perverso de desigualdade econômica e social, que provoca o desenraizamento e a proletarização de mulheres e homens. Entretanto, apesar dessas adversidades, esses sujeitos são movidos por estratégias de reprodução social que preservam seus modos de vida e o lugar onde vivem.

Observamos realidades distintas nas comunidades visitadas no que diz respeito à relação da unidade familiar com a terra: terra para produção ou moradia; entretanto, no que se refere aos laços sociais com os vizinhos, a identidade com o lugar e o forte vínculo com a família são sempre preservados, indicando manifestações de modos de vida não capitalistas de produção da existência humana, que ainda permanecem vivos.

Por exemplo, em 2013- 2014, em estudo realizado em comunidades na região de Planalto, entrevista realizada com uma das famílias revelou a centralidade do trabalho familiar com a terra, como conseguiram comprar um pedaço de terra, o que consolidou o esforço de assegurar um lugar seguro para a reprodução da família. Os filhos, entretanto, não seguiram o mesmo caminho, buscam uma inserção produtiva em atividades temporárias em outras terras ou nas cidades.

Em roda de conversa com mulheres e homens na comunidade de Periperi, em 2023 <sup>[v]</sup>, observamos que o ciclo de vida desses trabalhadores, ao mesmo tempo em que os faz presentes no lugar pelas relações sociais com a vizinhança e o viver na roça como modo de vida, carregado de tradições – o viver na roça é o lugar deles – os distancia em busca de trabalho na cidade ou em outras terras. O pedaço de terra vem deixando de ser espaço



agrícola. O modelo de modernização da agricultura brasileira privilegiou as grandes propriedades e não estimulou a inserção do capital para os camponeses e desapropriados em forma de investimentos em maquinarias e uso de tecnologias de produção (WANDERLEY, 2009). As elites capitalistas sempre buscaram controlar a força de trabalho com a formação de um exército de reserva de desempregados ou subempregados. Como explicou Marisa Oliveira (2020), a tradição do lugar sempre foi marcada pela produção familiar em Casas de Farinha, trabalho que vem sendo desarticulado pela inserção de interesses do capital comercial ou industrial na região.

Na comunidade remanescente do Quilombo Bomba, município de Belo Campo, em 2023, em roda de conversa na Associação, as memórias dos mais velhos descreveram os costumes, as crenças e a preservação de saberes tradicionais, especialmente no uso das ervas medicinais, conhecimento que, ao mesmo tempo, é negado pelo discurso médico. Na roça, “o educar não está separado, nem pode estar do viver”, do trabalhar, que reúne o grupo familiar (MARTINS, 2004-2005, p. 34) e é, nesse processo, que se formam os valores sobre o trabalho, como expressão das tradições culturais. Ao mesmo tempo, o trabalho na roça é construído por formas de exploração e alienação. A garantia da subsistência das famílias é dada pelo assalariamento permanente ou temporário na época de colheitas ou em outras atividades. Nesse sentido, as narrativas dos sujeitos na Associação sustentam um discurso de negação do trabalho na roça (na terra) para os mais jovens.

As memórias sobre a escola evidenciam que povos das comunidades pesquisadas não frequentaram a escola, ou frequentaram até “a cartilha” ou as primeiras séries. Entre os motivos para a ausência ou a baixa frequência, estão a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família ou a falta de escolas no lugar onde viviam – quando não uma combinação precária entre as exigências de um regime de trabalho intensivo e a ausência de escolas locais. As populações do campo sempre foram desassistidas da educação escolar, os investimentos valorizavam as escolas da cidade (RIBEIRO, 2014). A ideia era que o campo precisava se modernizar e, para tanto, necessitava implantar um modelo educacional pautado nos modos de vida urbano. Esse discurso reforça a construção negativa dos modos de vida das populações do campo como um lugar atrasado.

Na comunidade remanescente do Quilombo Furadinho, região de Vitória da Conquista, BA, pesquisa desenvolvida por Renne Andrade <sup>[vi]</sup> descreve o fechamento da escola que existia na comunidade. Os alunos foram obrigados a sair da comunidade para estudar em outros locais. A educação desenvolvida em contextos diferentes não atende as necessidades e os interesses dos povos do quilombo. O deslocamento de crianças e jovens para estudar em outras regiões vem contribuindo para a desestruturação dos modos de vida, da cultura e de suas raízes.

A construção negativa dos modos de vida como ‘pessoas atrasadas’ é acompanhada pela escola. A educação escolar que os alunos/as do campo recebem tem como objetivo adaptá-los à produção capitalista, transformando-os em trabalhadores(as) assalariados(as) temporários, empreendedores e consumidores de mercadorias que alimentam o capital.

## Referências

ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. (Orgs.). **Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022

ALVES, A. E. S.; AMARAL JUNIOR, J. C. Trabalho-educação: extensão rural, modos de vida e a escola. In: ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. (Orgs.). **Cios da terra: sobre trabalho,**

**cultura, produção de saberes e educação do campo.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2022 <sup>[vii]</sup>

FISCHER, Maria C. Bueno; FRANZOI, N. I. Experiência e Saberes do Trabalho: Jogo de Luz e Sombras. In: MAGALHÃES, L.D. R.; TIRIBA, Lia. **Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2018

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 5 ed. Paz e Terra: RJ, 1976.

MARTINS, José de Souza. Cultura e educação na roça, encontros e desencontros. **Revista USP**, São Paulo, n.64, p. 28-49, dezembro/fevereiro 2004-2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1065>>. Acesso em: 15/01/2014.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociologia de la memoria.** Buenos Aires: Nueva Vision, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectiva no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). **O campo no século XXI.** S.P.: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-69.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. V. 42 (Sistemática), p. 507-516.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. Da expropriação dos saberes práticos do camponês à expropriação da terra. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 323-346, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5253/3695>>. Acesso em: 05 maio 2021.

SANTOS, Marisa Oliveira. Memórias do Trabalho Familiar em Casa de Farinha. 2021. Tese (**Doutorado em Memória, Linguagem e Sociedade**) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

TIRIBA, L. Modo(s) de vida e modos de produção da existência humana: ensaio teórico-metodológico. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v.13, n.2, p.407-419, ago. 2021. Disponível em: [periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43526/25230](http://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43526/25230)

WANDERLEY, M<sup>a</sup> de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS.** GT 17. Processos Sociais Agrários. Anais... Caxambu, MG, out, 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.

---

<sup>[i]</sup> Resumo para apresentação no Painel Temático “Trabalho-educação, economia e cultura em povos e comunidades tradicionais”, coordenado por Lia Tiriba (UFF)

<sup>[ii]</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Membro do Museu Pedagógico / UESB. Doutora em Educação – UFBA. Uma das coordenadoras do MINKA – Coletivo de Pesquisa.

[iii] Visitamos comunidades na área rural do município de Planalto, BA, no período de 2011 a 2014; em Belo Campo, na comunidade de Periperi em 2019 e 2023, em conjunto com Marisa Santos Oliveira, como também a Comunidade Quilombola Bomba, em 2022 e 2023. Orientamos dissertações e teses de alunas do Programa de Memória: Linguagem e Sociedade -UESB que estudaram povoados e comunidades remanescentes de quilombo.

[iv] Na comunidade remanescente do Quilombo Bomba, município de Belo Campo, BA, encarregados de fazendas de café do Espírito Santo contratam trabalhadores temporários, a maioria homens, na época da colheita por três meses para trabalhar na região. Em roda de conversa na Associação de moradores, realizada em 18/03/2023, as mulheres falaram da necessidade desse deslocamento em busca de uma renda maior.

[v] Com a participação da profa. Marisa Santos Oliveira e do prof. Janderson Carneiro Oliveira.

[vi] Doutoranda do Programa de Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. Desenvolve a pesquisa Memórias de homens e mulheres do Quilombo de Furadinho: saberes do trabalho, modos de vida e escola.

## **Trabalho, saberes sociais e processos formativos integrados nas Amazônias: entre as universalidades, particularidades e singularidades**

Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA)

**Palavras-chave:** Saberes sociais; Processos formativos integrados; Povos e comunidades tradicionais.

### **Introdução**

Neste trabalho, problematizamos, no contexto amazônico, processos formativos integrados, considerando a unidade saberes sociais e conhecimentos escolares<sup>[3]</sup>, decorrentes das contradições universalidade, particularidade e singularidade, em oposição à fragmentação da formação humana, partindo-se do entendimento de que o modo de produção capitalista, para exercer o seu sociometabolismo, pressupõe a negação das identidades da classe trabalhadora, como a que resulta de suas formas de organização do trabalho, de seus territórios e dos saberes daí decorrentes, uma vez que, conforme Rodrigues (2020, p. 167):

[...] a negação das experiências culturais, sociais, econômicas e políticas dos trabalhadores é condição importante para o desenvolvimento do sociometabolismo do capital, à medida em que se promove um processo de homogeneização dos sujeitos, ao serem silenciadas as subjetividades presentes em saberes diversos decorrentes do mundo do trabalho.

Trata-se de estratégia de dominação que submete homens e mulheres nas Amazônias, no contexto de povos e comunidades tradicionais, a assumirem “subjetividades de interesses do capital, como se suas fossem, [...] anulando-se as contradições vividas pela classe trabalhadora”, favorecendo-se, de acordo com Araujo; Araujo; Rodrigues (2012, p. 19), a desmobilização política, impedindo “[...] a materialização de outra realidade hegemônica, desta feita sob os interesses dos trabalhadores, voltada para a socialização da riqueza, aí incluídos os conhecimentos historicamente produzidos pelos homens”.

Sob essas perspectivas, analisamos a importância dos saberes sociais decorrentes de

atividades econômico-culturais, considerando o trabalho, com base em Marx (2008), presente no território de povos e comunidades tradicionais ribeirinhas, como condição para se pensar-fazer processos formativos integrados, compreendidos como “[...] a unidade teórico-prática entre o experienciado-vivido pelos sujeitos a partir do trabalho e a produção cultural acumulada sócio-historicamente no contexto da formação desenvolvida na educação básica brasileira” (RODRIGUES, 2020, p. 167).

Para tanto, consideramos importante (i) compreender a relação saberes sociais, território e atividades econômico-culturais, no interior de processos de luta de classe, no interior da relação dialética universalidade-particularidade-singularidade, assim como (ii) a integração como práxis formativa oposta à negação do pensado-vivido por homens e mulheres das Amazônias, como elementos de identidade que possibilitam a construção de outras hegemonias, em contraposição ao modo de produção capitalista.

### Questões metodológicas

O presente trabalho constitui-se em pesquisa bibliográfica, a partir de investigações desenvolvidas por Rodrigues (2012, 2020), assim como Fischer; Rodrigues (2022), Rodrigues; Castro (2022), Araujo; Araujo; Rodrigues (2012), assim como discussões no interior do MINKA<sup>[4]</sup>, considerando-se investigações desenvolvidas sobre saberes sociais e processos formativos, ao longo de 10 anos de trabalho.

Problematizamos as *práticas formativas integradoras* (RODRIGUES, 2020), considerando a relação dialética entre *universalidade-particularidade-singularidade*, com base em Lukács (2018), de modo a se discutir os (i) *territórios* de (ii) *povos de comunidades tradicionais*, entendidos a partir de Santos (2022), Cruz (2012) e Tiriba; Fischer (2015), respectivamente, e os saberes sociais, a partir de Rodrigues (2020) e Fischer; Rodrigues (2022), como evidências da dialética particularidade-universalidade.

Dessa dialética, entende-se a possibilidade da compreensão das múltiplas determinações que engendram a unidade universalidade-particularidade dos conhecimentos escolares e saberes sociais, de modo a contribuir com a *luta de classe* (MARX, 2008) *experienciada*, com base em Thompson (1981), por esses povos e comunidades em oposição ao modo de produção capitalista.

Partimos, assim, da compreensão de que processos formativos integrados, numa perspectiva dialética, tendem a favorecer a compreensão de que “[...] as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade” (KOSIK, 1995, p. 20).

Sobre práticas de trabalhos de povos e comunidades tradicionais das Amazônias<sup>[5]</sup>, considerando ribeirinhos – pescadores e pescadoras artesanais, tomamos as discussões de Fischer; Rodrigues (2022) e Rodrigues; Castro (2022).

### Resultados e Discussão

Entendemos que uma perspectiva formativa que se pretenda integradora pressupõe considerar, dialeticamente, a relação *universalidade, particularidade e singularidade*, nos moldes

propostos por Lukács (2018), que se realiza a partir dos territórios de povos e comunidades tradicionais, como ribeirinhos, de maneira a se entender como as *singularidades*, decorrentes de suas atividades econômico-culturais, mediadas pelo trabalho, permitem compreender *particularidades*, oriundas das universais contradições capital e trabalho, tanto como manutenção do *status quo* de dominação, mas também promotoras de sociabilidades opostas ao modo de produção capitalista.

Trata-se de uma perspectiva formativa que permite um salto qualitativo na formação de homens e mulheres de povos e comunidades tradicionais por tomar suas *singularidades* como unidades dialéticas de uma *totalidade*, inferindo-se como seus processos históricos de produção da vida se *particularizam* em relação às *universalidades* históricas da produção humana, quer no campo da cultura, da política, da economia, por exemplo, em um movimento de fortalecimento de identidades e de posição de classe, conforme proposto por Pompeu (2017).

É posição diversa de um processo formativo que, ao propor um pretense acesso aos conhecimentos escolares <sup>[6]</sup>, nega, por exemplo, as singularidades econômico-culturais produzidas por homens e mulheres das Amazônias, tomando-as tão somente como adereços para exemplificar universalidades, colocadas, não raras vezes, como imutáveis e válidas para quaisquer territórios, num processo de negação da história experienciada por homens e mulheres de povos e comunidades e comunidades tradicionais, com seus modos de produzir a existência, favorecendo-se a hegemonia do modo de produção capitalista.

Por outro lado, entendemos que a compreensão da dialética relação universalidade, singularidade e particularidade, em prol de uma perspectiva formativa integradora, pressupõe a compreensão dos *territórios* de trabalho de povos e comunidades tradicionais, incluindo os *saberes sociais* daí decorrentes, como evidências de particularidades singulares-universais, como salientado por Lukács (2018).

Trata-se, por conseguinte, de uma compreensão de território “[...] como espaços-tempos de contradições, de experiências de classe e fundamento do trabalho, conforme Santos (2002), também com conotações políticas [...]”, que nos possibilita:

[...] entender a categoria analítica saberes do trabalho, como a materialidade objetiva-subjetiva da unidade trabalho-educação, a partir da qual homens e mulheres socializam suas experiências políticas, organizativas, tecnológicas, identitárias, dentre outras perspectivas experienciais sentidas, percebidas e modificadas, a partir de suas materialidades econômico-culturais, considerando o disposto por Thompson (1981). (FISHER; RODRIGUES, 2022, p. 12)

Nessa perspectiva teórica, de acordo com Fischer e Rodrigues (2022), entender os territórios de povos e comunidades tradicionais é condição importante para as discussões sobre saberes sociais, como os saberes do trabalho, posto que, com base em Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022, p. 203), o apreender a manifestação desses saberes “[...] requer apreender mediações, contradições, particularidades e singularidades dos espaços/tempos onde eles se constroem [...]”, permitindo-se “[...] interrogar como os saberes do trabalho são construídos, materializados, decorrentes dos territórios de vida das experiências de trabalho”.

Assim, do exame dos territórios de povos e comunidades tradicionais, como realidades singulares, podemos, de acordo com Fischer e Rodrigues (2022, p. 12), apreender saberes do trabalho, como manifestações de particularidades universais neles plasmadas, quer econômicas, culturais, sociais, políticas, afetivas, identitárias e classistas, “[...] considerando as mediações de primeira ordem e os atravessamentos das dimensões de segunda ordem do

capital (MÉSZÁROS, 2006)”, favorecendo-se uma perspectiva formativa que toma a realidade como norte de problematização, mas sem silenciar a historicidade de classe, de antagonismos, contradições. Nessa perspectiva, de acordo com Rodrigues (2020, p. 167-168):

[...] a formação dos trabalhadores, numa perspectiva de integração de saberes, pressupõe que se parta da prática social experienciada-vivida pelos sujeitos, de onde decorrem seus saberes sociais e saberes do trabalho, os quais possibilitam a problematização da realidade, de maneira a serem detectadas as questões que precisam ser resolvidas no interior dessa prática social, observando-se os conhecimentos a serem dominados para tanto, apropriando-se “[...] dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social” (SAVIANI, 1999, p. 71). No dizer de Saviani, “trata-se da apropriação pelas camadas populares das ferramentas culturais necessárias à luta social que travam diuturnamente para se libertar das condições de exploração em que vivem” (SAVIANI, 1999, p. 71).

Assim, destaca mais ainda Rodrigues (2020, p. 168), com base em Saviani (1999):

[...] dessa relação integradora entre o experienciado-vivido pelos trabalhadores e os conhecimentos teórico-práticos também vividos-experienciados no universo escolar, promove-se a “[...] expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social a que se ascendeu” (SAVIANI, 1999, p. 72), tratando-se “[...] da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social” (SAVIANI, 1999, p. 72), de maneira que a própria prática social passa por uma alteração qualitativa no decorrer do processo formativo, saindo-se, inicialmente, de uma desigualdade no ponto de partida a uma igualdade no ponto de chegada, conforme ressalta Saviani (1999).

A perspectiva formativa integrada, pois, parte da relação universalidade, particularidade e singularidade, tomando os territórios de povos e comunidades tradicionais como singularidades a evidenciar uma unidade dialética entre particularidade e universalidade, em que os saberes sociais são evidências de particularidades, compreendendo-se que “[...] em determinadas situações concretas o universal se especifica, em uma determinada relação ele se torna particular, mas pode também ocorrer que o universal se dilate e anule a particularidade, ou que um anterior particular se desenvolva até a universalidade ou vice-versa” (LUKÁCS, 2018, p. 94-95), do que se depreende quão fecunda é a integração para os processos formativos que se pretende formar sujeitos para intervir na realidade, cuja compreensão já se constitui uma forma de nela intervir.

### **Considerações Finais**

Neste trabalho, apresentamos uma linha teórica que, ao problematizar, numa perspectiva integradora, a formação humana nas Amazônias, a partir das atividades de trabalho econômico-culturais de povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos, pressupõe a discussão sobre universalidade, singularidade e particularidade, com base em Lukács (2018). De tal entendimento, decorre a necessidade de se analisar os territórios desses povos e comunidades, compreendendo que os saberes sociais neles presentes, dentre os quais os do trabalho, podem se constituir evidências da relação universalidade-particularidade, numa possível manifestação de relações de classe, no interior das contradições capital e trabalho, evidenciando modos de produzir a vida opostas ao modo de produção capitalista.

Considera-se que a perspectiva formativa integradora, constituída pela unidade saberes sociais e conhecimentos escolares, pode contribuir com a compreensão das particularidades de lutas e identidades de classe, permitindo aos sujeitos dos processos formativos o conhecimento de suas hegemonias e construção de historicidades que, sem negar o acesso aos conhecimentos historicamente construídos, favoreçam as condições de resistências ao modo de produção capitalista, a partir de seus modos de vida.

Por fim, entendemos que nossas discussões sobre perspectivas formativas integradas, como o Ensino Médio Integrado (RODRIGUES, 2020), a partir do Campo Trabalho-Educação, pressupõe uma relação dialética com a produção da existência, de modo a se compreender os processos de produção do conhecimento, com unidades também dos modos de produzir a vida, no interior das contradições capital e trabalho,

## Referências

ARAÚJO, R. M. L.; ARAÚJO, Maria A. M. L.; RODRIGUES, D. S. Formação de trabalhadores, educação, hegemonia e contra-hegemonia. In: SEIBT, C. L.; OLIVEIRA, J. P. G.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). Educação e Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas. Cametá: CUNTINS, 2012.

FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B.; TIRIBA, L. Relações seres humano/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. In: ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. (org.). Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia, MG: Navegando, 2022.

FISCHER, M. C. B.; RODRIGUES, Doriedson. Relações seres humanos-natureza: trabalho, cultura e produção de saberes. In: Revista Trabalhonestessário. V.20, nº 43, 2022 (setembro-dezembro).

KOSIK, Karel. O Mundo da Pseudoconcreticidade e sua Destruição. In: DIALÉTICA DO CONCRETO. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, 6 ed.

LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética Marxista: Sobre a Particularidade como Categoria da Estética. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, I. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2006.

POMPEU, J. C. W. Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá-PA. 2017. 337f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – UFPA, Cametá.

RODRIGUES, D. S. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos de trabalhadoras e trabalhadores em/a partir do contexto amazônico paraense. Revista Humanidades e Inovação, v. 7, nº 12, 2020.

\_\_\_\_\_. Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 Cametá/ Pará. 2012. 337f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA, Belém.

RODRIGUES, D. S.; CASTRO, O. L. Martins de. Tecnologias de produção da vida: saberes

do trabalho da pesca em comunidades ribeirinhas. In: ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. (org.). Cios da terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia, MG: Navegando, 2022.

SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas: Autores Associados, 1999.

SANTOS, M. Território, Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Associação dos Geógrafos Brasileiros, Niterói, 2002.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 24, nº 56, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2440/1706>. Acesso em 10 de abril de 2023.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

---

[1] As discussões aqui presentes decorrem do Projeto de Pesquisa “Saberes sociais, integração e as metamorfoses do mundo do trabalho: os processos formativos de ensino médio no município de Cametá - nordeste do Pará - o contexto de práticas formativas do SOME (Sistema Modular de Ensino)” (CNPQ).

[2] Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE) e do MINKA. Bolsista produtividade CNPQ. E-mail: [doriedson@ufpa.br](mailto:doriedson@ufpa.br).

[3] Problematizamos essa unidade a partir de Rodrigues (2020).

[4] Definição de Profa. Dra. Lia Tiriba (UFF/BRASIL) no Resumo Expandido que sintetiza o Painel Temático “Trabalho-Educação, economia, cultura e produção de saberes em povos e comunidades tradicionais”, no interior do qual se insere o presente trabalho, no contexto da 41ª Reunião Nacional da ANPED (2023): “Coletivo de Pesquisa, cujo nome é um conceito andino, milenar, de origem quéchua e que se refere a práticas econômicas e culturais que têm por base o trabalho coletivo e o valor-comunidade”.

[5] Ao utilizarmos “Amazônias”, buscamos evidenciar a unidade do diverso que constitui o território amazônico.

[6] Pretendo acesso aos conhecimentos escolares porque se desconsidera a particularidade que os construiu e a relação com as singularidades de onde decorreram e com as que homens e mulheres continuam a construir em suas práxis econômico-culturais, a partir do trabalho.